

	Valores (euros)
<b>Capital:</b>	
Câmara Municipal de Esposende .....	22 497,92
Câmara Municipal da Golegã .....	39 875,25
Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia .....	22 816,54
Câmara Municipal de Mação .....	2 324,40
Câmara Municipal de Torres Novas .....	2 123,01
Câmara Municipal de Paços de Ferreira .....	19 269,69
Câmara Municipal de Amarante .....	8 371,73
Câmara Municipal de Oeiras .....	21 996,20
Câmara Municipal da Lourinhã .....	19 250,24
Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto .....	6 077,80
Câmara Municipal de Lousada .....	5 847,13
Câmara Municipal de Fafe .....	12 744,27
Câmara Municipal de Cantanhede .....	63 531,14
Câmara Municipal de Arouca .....	12 248,22
Câmara Municipal do Barreiro .....	17 334,29
Câmara Municipal de Sousel .....	8 983,85
Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova .....	44 222,93
Câmara Municipal de Amares .....	34 960,55
Câmara Municipal de Miranda do Corvo .....	2 897,87
Câmara Municipal de Arganil .....	15 494,41
Câmara Municipal da Batalha .....	2 725,77
Câmara Municipal de Ovar .....	18 249,02
Câmara Municipal de Penacova .....	34 459,75
Câmara Municipal de Serpa .....	12 663,24
Câmara Municipal de Aguiar da Beira .....	11 457,62
<i>Total</i> .....	462 422,84

28 de Fevereiro de 2005. — A Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Património, *Ana Paula Melo Vitorino*.

### Governo Civil do Distrito de Évora

**Aviso n.º 2770/2005 (2.ª série).** — Nos termos do n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, e para efeitos do artigo 96.º do mesmo diploma, faz-se público que se encontra afixada, para consulta, a lista de antiguidade dos funcionários do quadro de pessoal deste Governo Civil, com referência a 31 de Dezembro de 2004.

23 de Fevereiro de 2005. — O Governador Civil, *Luís Capoulas*.

### Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

**Aviso n.º 2771/2005 (2.ª série).** — Por decreto do Secretário de Estado da Administração Interna de 17 de Fevereiro de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Roberto Manuel Anguita Gutierrez, natural da República do Chile, de nacionalidade chilena, nascido a 22 de Junho de 1964, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

1 de Março de 2005. — O Director-Geral-Adjunto, *Nuno Soares de Oliveira*.

**Aviso n.º 2772/2005 (2.ª série).** — Por decreto do Secretário de Estado da Administração Interna de 17 de Fevereiro de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a António Adelino Salvador, natural de Luanda, República de Angola, de nacionalidade angolana, nascido a 25 de Julho de 1971, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

1 de Março de 2005. — O Director-Geral-Adjunto, *Nuno Soares de Oliveira*.

**Aviso n.º 2773/2005 (2.ª série).** — Por decreto do Secretário de Estado da Administração Interna de 17 de Fevereiro de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Benigna Custódio Nazaré Munguambe, natural de Maputo, República de Moçambique, de nacionalidade moçambicana, nascida a 6 de Junho de 1981, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes,

depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

1 de Março de 2005. — O Director-Geral-Adjunto, *Nuno Soares de Oliveira*.

## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

### Secretaria-Geral

**Aviso (extracto) n.º 2774/2005 (2.ª série).** — Considerando:

Que nos termos do n.º 4 do artigo 37.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, os concursos para preenchimento de cargos dirigentes, cujos avisos de abertura se encontrassem publicados à data da sua entrada em vigor, mantêm-se válidos, devendo prosseguir os seus termos ao abrigo da legislação em vigor à data da respectiva abertura;

Que o júri do concurso para provimento do cargo de chefe de divisão de Relações Públicas e Protocolo, aberto pelo aviso n.º 4304/2002, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 72, de 26 de Março de 2002, não pode aplicar o segundo método de selecção, entrevista profissional de selecção, por não ter sido possível reunir o número de membros legalmente exigido para que o órgão pudesse, validamente, deliberar e dar continuidade ao procedimento de concurso;

Que nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 5.º e o artigo 7.º, ambos da Lei n.º 49/99, de 22 de Junho, o júri de concursos para cargos dirigentes era sorteado perante a Comissão de Observação e Acompanhamento, órgão que funcionava junto do membro do Governo que tivesse a seu cargo a Administração Pública;

Que com a revogação da Lei n.º 49/99, de 22 Junho, pela Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, a referida Comissão foi extinta, não sendo possível a realização de novo sorteio tendente à alteração da composição do júri do concurso:

Torna-se público que pelos pressupostos supramencionados procede-se à anulação do concurso para provimento do cargo de chefe de divisão de Relações Públicas e Protocolo, aberto pelo aviso n.º 4304/2002, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 72, de 26 de Março de 2002.

28 de Fevereiro de 2005. — A Secretária-Geral, *Ana Vaz*.

### Direcção-Geral da Administração da Justiça

**Despacho (extracto) n.º 5752/2005 (2.ª série).** — 1 — De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, procedeu-se à publicitação do processo de selecção do titular para o cargo de director de serviços de Planeamento da Formação do Centro de Oficiais de Justiça do quadro de pessoal da Direcção-Geral da Administração da Justiça no jornal *Público* e na bolsa de emprego público em 19 de Janeiro de 2005.

2 — O licenciado Luís António Brito Noronha possui habilitações académicas e relevantes conhecimentos da Administração Pública, mormente da administração judiciária, bem como experiência comprovada na respectiva área de actuação e de dirigente.

3 — Assim, ao abrigo e nos termos dos n.ºs 2 e 3 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, nomeio o licenciado Luís António Brito Noronha director de serviços de Planeamento da Formação do Centro de Oficiais de Justiça.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

#### Nota curricular

Nome: Luís António Brito de Noronha.  
Data de nascimento: 13 de Janeiro de 1951.  
Habilitações académicas: Licenciado em Direito (Ciências Jurídicas) pela Universidade Portucalense em 1997.  
Actividade profissional:

Secretário de justiça;  
Formador-coordenador no Centro de Oficiais de Justiça;  
Docente em diversos estabelecimentos de ensino superior, nas áreas de custas judiciais e processo civil;  
Participação em diversas actividades na área da formação:

Formação em Angola, ao abrigo da cooperação com os PALOP, na área de custas judiciais e processo civil;